

DEONTOLOGIA JURÍDICA

CAETANO LAGRASTA NETO

*Juiz do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo**

1 – DEFINIÇÃO E CRISES

Tratado dos deveres e obrigações é, acima de tudo, o estudo ético e moral do cumprimento destes. Pelo título, deveríamos investir em tantos quantos fossem os lidadores do Direito. Restringamo-nos, porém, aos juízes, o que já é demasia, e ao reconhecimento superficial de seus maiores obstáculos.

Não pretendo transcrever velhas lições e frases de confortável profundidade. Não é do meu estilo. Estive nesta Escola desde sua criação e instalação e, acredito, bastaria examiná-la nestes aproximados dez anos para conseguirmos farto material para discussão. Gostaria, contudo, se me permitirem, de tentar uma abordagem sociológico-jurídica, a partir de um *estado de crise*.

Iniciemos pela crise da Educação no Brasil, que atinge alta ressonância quando se trata da sobrevivência de profissões especializadas, especialmente as jurídicas. A ninguém é lícito ignorar que as Faculdades de Direito, de há muito, treinam bacharéis, ao invés de formá-los. Há uma incessante reiteração deste treino dos balcões de Fórum e assimilação das salas de aula

* Palestra proferida no Curso de Aperfeiçoamento de Juízes na EPM em 26-5-97.

2 – A NOVA DEONTOLOGIA

De há muito, vem o equivocado *estado de privilégio*, em que se colocavam os magistrados, desmoronando, felizmente, sem estrépito.

Para contornar o *dever* de exclusiva dedicação à carreira, muitos juízes aproveitaram-se da possibilidade de cumular um cargo no magistério e passaram – alguns – a dar aulas em diversas faculdades, com prejuízo dos serviços e de seus jurisdicionados. Resultado: desprestígio da função, das decisões, dos horários de audiências, da qualidade do serviço cartorário e, o que é pior, raramente se encontrando pessoa capacitada para cumulá-las, com isto, desatendendo-se e descumprindo-se a ambos os deveres.

Ao mesmo tempo que, com as reformas da Administração e da Previdência, atingem-se o predicado da irredutibilidade e a paridade de vencimentos, quando da aposentadoria, como mínimas garantias da independência, resultam, ao cabo, em formidável desestímulo às vocações. Não há negar, ainda, que, pelo comportamento de muitos, a função vem se desestruturando, perdendo prestígio perante a população e acabará por se eclipsar em rançoso formalismo, que a tudo tentará encobrir.

Não se trata, por óbvio, da mera reiteração de posturas sacralizadas: Não! Trata-se da observância exagerada de formas processuais que impedem ou retardam as decisões (O Processo como Fim, e não como Meio, para se atingir o Justo). Consigne-se, ademais, o desrespeito às partes e ao dever de conduta nas Audiências e nas Sessões de Julgamento. Os atrasos são constantes; as palavras e conceitos expendidos deixam dúvidas no espírito dos jurisdicionados; a proximidade aos peritos e o constante recebimento de dádivas, são também, transgressões aos deveres do Juiz, que escapam a uma interpretação ideal ou teórica do tema, mas não à constatação objetiva.

A mídia, por sua vez, ao embaraçar o exercício da cidadania, tem se pautado por atitudes agressivas e desinformadas sobre a atividade dos magistrados – de 1º e 2º Grau – ao comentar apenas decisões que repercutem e são taxadas de injustas. Faz parte da

vida. O juiz é passível de crítica, assim como o jornalista. O que não podemos impedir é que nos julguem.

Nos contatos com a mídia é de rigor não haver manifestação sobre feitos *sub judice*, e, pacientemente, mas de forma rápida, explicar as ocorrências. Jornalista deve ser tratado como filho: à pergunta, resposta, sem qualquer delonga e sem maiores explicações. Como as crianças, o repórter quer agitação, *furo*, vender jornais, e se você fala demais ele se interessa... e dorme... Assim, se existe crise na nossa função, também existirá nas outras profissões, em que o despreparo cultural é mais evidente.

Antigamente, o juiz entrevistado sabia que estava garantido pela formação humanística do repórter e, pensavam alguns, acobertado pela aura de respeito, que a população devotava à sua função; hoje, nada disto existe, prevalecendo uma conduta voltada para uma ansiada transparência, corolário de qualquer atividade pública.

3 – O INTERESSE PÚBLICO E A DEONTOLOGIA

O primeiro dever de qualquer funcionário público ou membro de Poder deve ser a intransigente defesa daquilo que se convencionou chamar de interesse público. É justamente pela defesa deste que se consegue o acesso a uma ordem jurídica justa, a desvendar escândalos e crimes capazes de impedir um Presidente da República e que incriminam instituições financeiras e políticos corruptos, que se locupletam com o imposto arrecadado aos cidadãos prestantes.

Para isto devemos estar preparados, através de aprofundado e eficaz conhecimento, à semelhança dos magistrados italianos, que se opõem à máfia e que dirigem a *operação mãos limpas*. Este é, hoje, de todos, o maior desafio de um juiz: conhecer as ramificações do novo direito econômico, nas empresas transnacionais e no narcotráfico, assimilando as reformas dos sistemas jurídico e penal, baseadas no Direito Comunitário e na breve criação da Corte e Escola Supranacionais.

Onde estiver o interesse público, ali devem estar os juízes!

O respeito à Constituição e aos Direitos Humanos, à proteção do meio-ambiente, ao consumidor, aos trabalhadores, à elaboração de Tratados e Protocolos; às novas exigências da legislação eleitoral comunitária; aos crimes de fronteira, devem contar sempre com a presença obrigatória de magistrados, nas discussões e elaboração, visando sua futura aplicação. Todas estas políticas, dirigidas a um conglomerado continental, não podem prescindir de uma vertente jurídica – hoje, sufocada por aquela exclusivamente econômica – pela qual devemos lutar e vigiar para que se consolide. É dever dos juízes latino-americanos tomar para si a própria educação e desenvolver condições confiáveis para a instalação do Poder Judiciário do 3º Milênio, resultando omissa a atitude de aguardar uma improvável convocação.

A defesa do interesse público é o âmbito mais largo e profundo da eficácia do império da lei!

Leis estão sendo promulgadas, que abalam o monopólio da jurisdição – exemplo disto é a Lei nº 9.037/96, que instala a arbitragem, conduzida por juízes leigos, competentes para proferir decisões de fato e direito, sempre como reflexo de uma nova política econômica globalizada e da nossa própria inércia, ao contrário do que ocorreu com a Lei dos Juizados Especiais de Pequenas Causas.

Acompanhar e argüir a inconstitucionalidade de artigos ou de leis estapafúrdias, também é dever do juiz e retoma a respeitabilidade para o exercício de suas funções, impedindo o agigantamento do Poder Executivo.

Por derradeiro, mas não como último ponto, salienta-se a crítica situação do sistema carcerário que, para muitos, não se revela como problema do Judiciário, em trágico equívoco! Os juízes devem estar atentos, diariamente, à situação dos encarcerados e a um falido sistema penitenciário; ainda que não seja por um dever de Humanidade, ao menos para que não se transformem em julgadores mecânicos e desinteressados.

Os juízes devem lutar por uma Escola de Magistrados que lhes propicie oportunidade de aprender a reciclar conhecimentos, como

forma de ver garantida a promoção por merecimento, prevista em dispositivo constitucional, em verdadeiro exercício democrático.

4 – O CONTROLE DA MAGISTRATURA

Sistematicamente, por inspiração dos demais Poderes de Estado, tem-se procurado abalar a independência do Poder Judiciário e a estabilidade de seus membros, criando-se um novo *dever* para a instituição: o seu controle externo. Após reiteradas batalhas acabou-se por criar ambiente propício a rechaçá-lo, como invasivo e inviável. Contudo, de forma sub-reptícia, insiste o Poder Executivo, através de outra estratégia, em atingir o mesmo objetivo. A fórmula está na reiteração absurda e inconstitucional das medidas provisórias, agora com o aceno à criação de súmulas vinculantes, às decisões da Suprema Corte. De nada adianta afirma-se que estas conseguirão impedir recursos, repetidos pelas Fazendas Públicas, eis que, com certeza, persistir-se-á na reiteração, enquanto que as questões políticas, ex., privatizações acabarão por inserir-se neste *controle*. Com isto, os juízes perderão a independência e o Poder Judiciário ver-se-á submetido ao entendimento político de alguns de seus Ministros e às políticas obscuras do Poder Executivo.

Pensar na postura política, perante circunstâncias que tentam diminuir nossas funções, constitui-se no mais novo dever de magistrado. Ter opinião sobre questões políticas, *internas ou externas*, e influir no processo eletivo não se confunde com o exercício, expressamente vedado, de atividade político-partidária.

5 – CONCLUSÕES

A. Os deveres mais singelos dos juízes estão definidos na Constituição do país, na sua Lei Orgânica e no Código de Organização Judiciária, nelas se encontram as bases de uma Deontologia mínima, acessível ao conhecimento de todos.

B. Os princípios filosóficos e éticos da Deontologia devem ser apreendidos e constantemente reciclados, como matéria obrigatória das Escolas de Direito.

C. As Escolas de Magistrados têm como obrigação básica patrocinar meios para este aprendizado, voltando-se para uma defesa intransigente do *interesse público*, como corolário do dever do magistrado, na defesa do Estado Democrático de Direito e capaz de indicar elementos objetivos para se estabelecer um processo democrático, visando à promoção por merecimento;

D. A influência de uma economia mundial globalizada e seus reflexos na constituição de uma nova ordem jurídica continental supranacional, devem ser estudados com urgência; formando-se os juízes do 3º Milênio.

E. Qualquer vacilação, quanto a estes novos deveres, poderá conduzir a uma privatização do monopólio da jurisdição, de conseqüências imprevisíveis e como prenúncio da derrocada do Poder Judiciário.

F. Todos os atos do juiz devem estar submetidos ao sentimento humanitário e à cultura, como alavancas que impeçam um julgamento mecânico e arbitrário. O juiz deve ser sempre o guardião da Cidadania e dos Direitos Humanos, sem prestar-se a ser apenas o executor frio e implacável das leis e dos interesses do sistema.